

ATA N.º 5/2022**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 23 DE
DEZEMBRO DE 2022**

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de catorze de dezembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação dos documentos Previsionais para o ano de 2023 e seguintes;
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2023;
- Ponto 6 -** Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2023;
- Ponto 7 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento das distinções honoríficas, profissionais, da chave de honra e as insígnias a atribuir pelo Município de S. João da Pesqueira;
- Ponto 8 -** Análise, discussão e votação da designação do Júri de Recrutamento do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau (Diretor de Departamento de Estratégia e Administração Geral);
- Ponto 9 -** Análise, discussão e votação da atribuição de despesas de representação ao Dirigente Intermédio de 1.º Grau (Diretor de Departamento de Estratégia e Administração Geral);
- Ponto 10 -** Análise, discussão e votação da designação do Júri de Recrutamento do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social);
- Ponto 11 -** Análise, discussão e votação da atribuição de despesas de representação ao Dirigente Intermédio de 2.º Grau (Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social);
- Ponto 12 -** Análise, discussão e votação da abertura do Procedimento do concurso público internacional para aquisição de Energia elétrica em MT (Média Tensão) BTE (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública) para o ano de 2022 e 2023 - Constituição de agrupamento de entidades adjudicantes;

- Ponto 13 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 14 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 15 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nagoselo do Douro;
- Ponto 16 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 17 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riódades;
- Ponto 18 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro;
- Ponto 19 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 20 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites;
- Ponto 21 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 22 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 23 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 24 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 25 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 26 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Nagoselo do Douro;
- Ponto 27 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Paredes da Beira;

- Ponto 28 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Riódades;
- Ponto 29 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 30 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 31 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 32 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 33 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 34 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 35 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Nagoselo do Douro;
- Ponto 36 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 37 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Riódades;
- Ponto 38 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Soutelo do Douro;
- Ponto 39 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 40 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a freguesia de Valongo dos Azeites;
- Ponto 41 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 42 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 43 -** Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 44 -** Eleição de um membro para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Douro II e Douro Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu a sessão apresentando os cumprimentos ao Senhor Presidente do Executivo, membros da Assembleia e funcionários do Município. Como havia público presente referiu que, caso houvesse quem quisesse intervir, teria de preencher uma ficha e efetuar a sua inscrição na Mesa. Lembrou, ainda, que são

proibidas quaisquer gravações da Assembleia, exceto aquela que a própria Assembleia faz.

O Senhor Tiago Silva procedeu à chamada dos membros da assembleia, verificando-se as ausências da Senhora Cláudia Martins, Frederico Selores e Ricardina Aguiar, que justificaram a falta.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dar conta da carta que tinha sido recebida pela Assembleia, proveniente do Senhor Presidente da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros, dando conta da sua substituição no período compreendido entre 19 de novembro de 2022 e o dia 10 de janeiro de 2023, propondo a sua substituição pelo Senhor Paulo Alexandre Ribeiro Bito, que havia sido devidamente convocado para essa sessão, de acordo com o n.º 1 do artigo 52.º do Regimento de acordo com o Regulamento a alínea c) do n.º 3 do artigo 49.º, aludindo ao afastamento temporário.

Depois de lido e analisado o pedido de suspensão (enviado ao Presidente da Assembleia e apreciado pelo plenário da Assembleia na reunião) e não tendo havido votos contra, procedeu-se à substituição do Presidente da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros pelo Secretário da Junta, o Senhor Paulo Alexandre Ribeiro Bito.

O Presidente da Assembleia prosseguiu os trabalhos, tendo solicitado aos representantes (eleitos para as Comissões) da Autarquia que informassem a Assembleia sobre eventuais reuniões que tivessem sido realizadas, bem como sobre os temas versados. Não tendo havido inscrições, passou-se de imediato para o período de antes da ordem do dia. Lembrou que havia a ata da última assembleia para aprovar, tendo sugerido dispensa da leitura da mesma, a que nenhum membro se opôs, e abriu inscrições para eventuais correções à ata.

Inscreeveu-se a Senhora Lourdes Marinho. Desejou um bom Natal a todos e fez votos para que o espírito de Natal engrandecesse todos, principalmente na questão de entendimentos, pois, nos dizeres da mesma, as guerras não têm nexos, nem deviam existir e lembrou que devemos ser solidários, principalmente com a Ucrânia (um país invadido) tendo manifestado o seu pesar por não haver condições de Paz e Natal nesse País. De seguida sugestionou as suas correções.

O Sr. Presidente da Assembleia pediu para a interromper, lembrando que, sem prejuízo de eventuais alterações – a introduzir nas Atas – que decorram da discussão acerca do seu conteúdo (para melhoria da sua compreensão ou correção de erros de texto) a Mesa da Assembleia entende que o conteúdo das Atas reflete com rigor as intervenções que foram produzidas nas reuniões.

Ainda assim, admitindo, contudo, que possam existir divergências sobre o seu conteúdo, frisou aos Membros da Assembleia que porventura não estejam de acordo com a transcrição efetuada das suas intervenções, que têm a oportunidade de verificar, através da gravação da respetiva sessão (em conjunto com o funcionário que tem a seu cargo a elaboração da Ata) se há algo que deva merecer ou não correção, e assim sanar as divergências, evitando maiores perdas de tempo nas sessões da Assembleia que, na generalidade, não acrescentam valor à discussão dos temas. Aconselhou, no entanto, os Senhores Deputados a apresentarem na Mesa, por escrito, as intervenções que fizessem, pois desse modo não haveria qualquer razão para que a sua posição nas atas fosse mal escrita ou mal interpretada.

A Senhora Lourdes Marinho continuou, dizendo que tem entregue os documentos por escrito, mas nota que é criticada porque monopoliza a Assembleia com o assunto das atas. Na sua opinião não faz sentido aborrecer um funcionário ou andar atrás do funcionário para ouvir as gravações. Entende, antes, que a ata é do conhecimento dos deputados e, na Assembleia seguinte, fica resolvido: ou se aprova, ou não.

Relativamente ao conteúdo da ata, e reportando-se à presença do Senhor Presidente da República na última Vindouro, a Senhora Lourdes Marinho esclareceu que não disse

que discordava da sua vinda (não negando o resto), realçando que disse "foi muito indelicado fazer esperar três horas tanto que houve algumas pessoas que foram embora".

Não havendo mais intervenções sobre a Ata, colocou-se a mesma à votação da Assembleia, tendo sido aprovada por maioria, com um voto contra da Sra. Maria de Lurdes Costa e um voto de abstenção do Sr. Paulo Bito, por não ter estado presente.

A Senhora Maria de Lurdes Costa apresentou, ainda, declaração de voto, justificando o seu voto:

"- Por a considerar tendenciosa;

- Por, embora seja a ata um resumo, há casos que têm de ter contexto e propositadamente, não o apresentam, para não colocarem em causa a palavra do Senhor Presidente da Câmara (caso quando o Senhor Vereador Vítor Sobral, pediu a palavra para defesa da honra).

- Por se tratar de um texto que dá relevo à maioria, denegrindo a minoria e passar ao público uma ideia errada.

- Por não respeitarem o contraditório e o debate de ideias, pilares fundamentais na democracia."

O Presidente da Assembleia deu conta da correspondência recebida, notando que a mesma fica arquivada na correspondente pasta para quem a quiser consultar, realçando:

Ofício da ANAM sobre a entrega do Tomo I do "Guia sobre a Prevenção da Corrupção no Âmbito das Autarquias Locais;

Ofício da ANAM sobre Protocolo estabelecido com a AJUDARIS, Associação Particular de Carácter Social, que desenvolve projetos de intervenção social com vista ao combate da pobreza e da exclusão social, e que anualmente desafia crianças e jovens em idade escolar a escreverem histórias criativas sobre temas atuais. Referiu, ainda, que, dada a importância e o significado da iniciativa iria ser feita a devida divulgação junto das escolas do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre assuntos de interesse para o Município. Inscreveram-se Teófilo dos Anjos, Joaquim Carvalho e Maria de Lurdes Costa.

Tomou a palavra o Senhor Teófilo Anjos, saudou os presentes, e começou por agradecer à proteção municipal o trabalho, a eficácia e a rapidez com que sinalizaram as várias situações decorrentes das chuvas intensas dos últimos dias, lembrando que o concelho é extenso e agradeceu também a todos os funcionários da proteção civil e do Município que estiveram envolvidos. Aproveitou, ainda, para apelar ao Senhor Presidente da Câmara que intercedesse junto do Governo Central, de modo a conseguir ajudas para os sectores público e privado, lembrando prejuízos, por exemplo, visíveis em surribas, em que os taludes cederam, tendo destruído vinhedos. Prosseguindo, o Senhor Teófilo dos Anjos aludiu à iluminação de Natal, notando que o Município não havia apostado tanto na tradicional iluminação de Natal, tendo optado por fazer uma contenção de custos.

Tomou a palavra o Senhor Joaquim Carvalho, cumprimentou os presentes e versou sobre dois assuntos importantes para a vida social do Concelho: o novo piso do Pavilhão e a atividade Mundo Mágico de Natal. Relativamente ao primeiro assunto sublinhou a importância dessa obra, necessária, que implicou um esforço financeiro. Nos dizeres do mesmo, ainda que o Pavilhão seja maioritariamente usado pelos alunos e pelo grupo do desporto escolar, ficámos com um Pavilhão que permite aos jovens praticar desportos e a mudança do piso era essencial, uma vez que o anterior já tinha duas décadas e precisava ser mudado. No que concerne à atividade desenvolvida pela Câmara referente ao Mundo Mágico de Natal salientou a adesão das crianças e da população, em geral, dando ênfase à Parada de Natal que teve bastantes

participantes. Terminou a sua intervenção lançando um repto ao Presidente da Assembleia Municipal: descentralizar e fazer Assembleias Municipais nas Freguesias, à imagem do que aconteceu no Mandato anterior (tiveram lugar em Ervedosa do Douro, Nagoselo do Douro e Trevões), possibilitando que haja mais público presente, comparativamente com o que se verifica nas sessões ocorridas no Salão Nobre.

A Senhora Lourdes Marinho usou da palavra para aludir a dois assuntos que a inquietam: a Praça de Táxis em Ervedosa e a descentralização dos serviços da agricultura. Relativamente à Praça de Táxis, apelando à Câmara para fazer alguma coisa relativamente a esse Serviço, referiu que Ervedosa sempre teve duas praças de táxis e, neste momento, uma praça faz muito serviço exterior e a outra foi vendida ou cedida ou passada. Já no que se refere à descentralização dos serviços da agricultura, entende ser um aspeto da nossa conveniência, que convém acompanhar bem, porque os Serviços vão fechando e vão passando para a CCDR, dificultando a vida ao agricultor, dada a distância. Assim, disse haver todo o interesse, no caso da Pesqueira, em fazer um bocadinho de pressão e não deixar centralizar esses Serviços, pois é mais simples ir à Direção Regional do que nos dirigimos à CCDR.

Prosseguiu, alertando para um anúncio que tinha visto na comunicação social, onde se dera conta que as frutas e o Vinho do Porto estavam a ser vendidos nas feiras em Espanha como sendo produtos castelhanos. Ora, segundo a mesma, e uma vez que a Câmara se apresenta – e muito bem – nas feiras internacionais, especialmente em Espanha, deve ter especial atenção ao nosso vinho, e estar atentos, lutar contra “traficâncias” e ser uma representação do concelho, que é vitivinícola, de uma região boa e demarcada. Encerrou a sua intervenção, aludindo ao caso grave ocorrido em Setembro, em que, segundo a mesma, o helicóptero não pode pousar, questionando se havia algum licenciamento a decorrer relacionado com a aterragem de helicópteros no nosso Concelho.

Terminadas as intervenções dos membros inscritos, usou da palavra o Senhor Presidente. Começou por cumprimentar todos e respondeu às intervenções anteriores. Começou por agradecer ao Teófilo a alusão ao bom trabalho dos nossos serviços externos da garagem e à Proteção Civil, no empenho notado dos funcionários públicos, dizendo que tentam sempre fazer o melhor, inculcando isso ao pessoal, valorizando e reconhecendo o trabalho dos funcionários, também com algumas medidas que têm sido tomadas relativamente a férias e à avaliação, no sentido de trabalharem com gosto, mais e melhor.

Quanto à iluminação de Natal, adiantou que, não deixando de a fazer, quisemos reduzir a iluminação pública, até como um sinal de poupança que todos devemos fazer. Respondendo ao Senhor Joaquim Carvalho, no que concerne às obras do pavilhão municipal e outras, o senhor Presidente referiu que há muitos edifícios degradados (com o passar dos anos) e que tem havido preocupação em ir recuperando esses edifícios à medida do que é possível. Aludiu ao pavilhão como um desses casos, deixando antever, por exemplo, que outros casos se seguirão, como a piscina (que também precisa de obras), dizendo que tem havido a preocupação das obras ficarem em condições, apesar de alguns contratempos (como infiltrações) ou trabalhos mal executados. Tivemos a preocupação de reunir com os técnicos do desporto do município e da escola para decidir que marcações se deveriam colocar no novo piso do pavilhão face às necessidades de ensino e utilização do mesmo. Relativamente ao Mundo Mágico do Natal, o Senhor Presidente informou que as Associações do Município participaram gratuitamente no evento, tendo-se verificado um salutar entrosamento da comunidade com o evento. Quanto à Praça de Táxis de Ervedosa, respondendo à alusão que havia sido feita pela Senhora Maria de Lourdes, o Senhor Presidente esclareceu que o Senhor Álvaro Rodrigues abandonou o negócio e fez uma venda a uma pessoa de Ervedosa. Informou, ainda, que estavam em falta

alguns documentos, designadamente os documentos da viatura que vai ser utilizada, tendo ao requerente sido concedido prazo para a entrega dos mesmos. Relativamente ao tema da descentralização de serviços agrícolas, esclareceu que as Direções Regionais seriam integradas na CCDR, pelo que, a seu ver, tal não implicará extinguir a presença dessas estruturas ou dessas filiais na região ou nos concelhos. Já quanto ao assunto da existência de vinhos falsificados em feiras internacionais, o Senhor Presidente disse desconhecer e nunca ter visto tais coisas nas Feiras em que participaram. Aludindo ao heliporto e ao episódio de um acidente de Setembro, o Senhor Presidente lembrou que, por exemplo, num acidente ocorrido recentemente na estrada de Várzea, o helicóptero aterrou no cruzamento junto daquela localidade, sendo que o Teófilo Anjos podia testemunhar isso mesmo, mas disse estar atento a todas as situações. Informou que, de acordo com as informações que recolheu, foi sugerido ao INEM no acidente em setembro que o helicóptero aterrasse no novo campo de 11 ou na Praça do Marquês (segunda opção), tendo sido decisão exclusiva do INEM não o fazer. No entanto, admitindo que a arena de touros (colocado no antigo campo de futebol) devia ter sido retirada mais cedo pela empresa contratada para o evento, frisou que ninguém ficou por socorrer por culpa da Câmara, sendo que o campo de 11 até é três vezes maior e existem outros locais no Concelho que permitem, também, a aterragem de um helicóptero. Portanto tal decisão é exclusiva do INEM e do piloto, lembrando que enquanto não existe heliporto licenciado o helicóptero pode aterrar ou não por sua decisão e face à gravidade do caso noutros locais disponíveis, aliás como até aqui sempre aconteceu, e recentemente o exemplo de Várzea de Trevões. No que concerne ao licenciamento, adiantou que o mesmo estava em curso, tendo aliás sido contratada uma empresa para instruir o processo. Ainda no período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente aproveitou para informar que ia ser celebrado um protocolo com a APA, com o intuito de permitir fazer investimentos no valor de cento e oitenta mil euros, no que respeita à questão do serviço público de água em baixa, fruto do reconhecimento do trabalho que havia sido feito pelo município na gestão da escassez da água do verão. Assim, disse que o valor desse subsídio de cento e oitenta mil euros será para investir na rede em baixa, faltando apenas assinar o protocolo. Relativamente à EN222 Pesqueira - Bateiras, informou que, de acordo com as últimas reuniões tidas com a IP, o projeto já estava na fase de execução, e o compromisso da IP de que o projeto estaria pronto até ao final do primeiro trimestre de 2023, para posterior lançamento da obra. Faltava descortinar ainda da necessidade ou não de avaliação de impacto ambiental, o que atrasaria mais o processo, e, depois, certamente que o projeto teria de ir ao Tribunal de Contas e novamente às Finanças, e que só após esses tramites se iniciará a empreitada. Aproveitou, ainda, para dar nota, relativamente às obras mais relevantes do Concelho, dizendo que nenhuma ficou "deserta". Por exemplo, no tocante à requalificação da EN 222-3 Pesqueira - Ferradosa, informou que já existia uma proposta vencedora, tendo sido os concorrentes notificados e não havendo reclamações. Irá seguir para o Tribunal de Contas, de modo a iniciarem, depois, a requalificação desse troço até à Ferradosa, sendo uma obra com um custo de quase novecentos mil euros. O mesmo aconteceu com a Zona Industrial, que será brevemente adjudicada. Relativamente às Bateiras, informou que as obras ainda não estão concluídas, faltando ultimar detalhes quanto a questões elétricas. Disse ter recebido os equipamentos multimédia que vão ser colocados naquele sítio e que vão permitir uma experiência única, óculos 3D e outras novidades, sendo que oportunamente também iriam fazer a devida apresentação à Assembleia e à Comunidade. O Senhor Presidente prosseguiu, dizendo que, também fruto do trabalho desenvolvido e da aposta na Vindouro, São João da Pesqueira foi a escolhida para receber em Maio o Concurso Nacional Cidade do Vinho 2023, potenciando ainda

mais a região que em 2023 será "Douro Cidade Europeia do Vinho". Terminou a sua intervenção dando nota de que, até à presente data, tinham sido atribuídos trinta e dois vales de natalidade do ano 2022, no valor de quarenta e três mil euros. Informou, também, que optaram por não fazer o tradicional jantar de Natal com a nossa comunidade Sénior, por não ser ainda aconselhável por existirem ainda alguns casos de infeção Covid, tendo obtido até a opinião do ACES Douro Sul. Assim, e à imagem do que haviam feito no ano anterior, decidiram atribuir um vale a cada Sénior, para que pudessem comprar no comércio local. Atribuíram 1.982 vales, num valor aproximado de cinquenta mil euros, sendo também uma grande ajuda para os comerciantes do concelho. Relativamente às bolsas de estudo, bolsas sociais e de mérito, atribuídas aos alunos do concelho que frequentam o ensino superior, o Senhor Presidente informou que tinham decidido aumentar o número de bolsas atribuídas, passando a atribuir este ano 23 bolsas sociais e 25 bolsas de mérito, num total de quarenta mil euros. Para finalizar, e ainda dentro da aposta na Educação, informou que tinham oferecido uma prenda a cada uma das crianças do Concelho por altura do Natal, sendo que, como vem sendo hábito, às crianças do primeiro ano ofereceram um computador, e às demais jogos didáticos, cifrando-se essa aposta em vinte e cinco mil euros.

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2022.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Este, por seu turno, deu oportunidade de colocarem questões, tendo informado que responderia, depois, às mesmas.

Inscreveu-se a Senhora Lourdes Marinho, tendo dito que ficou agradada por ter visto referenciado, pela primeira vez, o nome do Marquês de Soveral numa atividade, numa alusão ao centenário (comemorou-se dia 05 de Outubro os cem anos). Pese embora esse trabalho feito pela Câmara, considerou pouco.

Havia-se inscrito também o Senhor Joaquim Carvalho, que tomou a palavra e começou por agradecer as explicações dadas pelo Senhor Presidente, tendo referido que algumas foram de encontro a algumas dúvidas que tinha. Ainda assim, iria referir outros assuntos, tais como a instalação de novos computadores nos Centros Escolares porque, no seu entender, o Parque informático do Agrupamento não está nas melhores condições, estando desatualizado. Aludiu também ao Evento que irá decorrer de 05 a 07 de Maio no Museu do Vinho – Concurso Cidade do Vinho, onde vão estar presentes 35 especialistas, sendo uma excelente mostra de promoção para o concelho. Neste âmbito questionou se há alguma expectativa em relação ao número de vinhos que estarão a concurso, bem como se haveria alguma previsão de quantas pessoas poderão vir ao Concelho especificamente por causa desse concurso. E, por falar em Feiras, e até porque o Município participa (a nível nacional e internacional) em algumas para promoção do concelho e dos seus produtos pediu para se fazer um balanço de participações do último trimestre. Relativamente aos vales de apoio quer à natalidade, quer aos vales séniores, o Senhor Joaquim Carvalho sublinhou apenas a importância de serem úteis a quem os recebe, mas também (fruto do Regulamento) serem importantes para a economia local, uma vez que é dinheiro que circula e fica no Concelho. Continuou a sua intervenção aludindo ao desporto e ao lazer, mostrando-se surpreendido com o imenso número de autocaravanas, caravanas e carros-cama que passaram desde Setembro pelo Parque da Mata do Cabo, sendo considerável o número de pessoas que praticam esse tipo de turismo, lançando o desafio ao Executivo de apostar neste tipo de turismo, pois são turistas que permanecem e fazem refeições e compras no Concelho e lançou o repto de (até talvez) a médio prazo aumentar o parque, fornecer apoio elétrico, fazer recolha de

águas sujas, de modo a que haja cada vez mais pessoas a frequentar a Mata do Cabo. No tocante ao desporto referiu que no último trimestre 1620 pessoas utilizaram o ginásio do Complexo Desportivo sendo que, na sua opinião, valeria a pena pensar em obras e num alargamento do mesmo em 2023. Referindo-se também à vertente desportiva e às férias escolares, realçou o «Fixolas». Considerou-a uma atividade muito importante para os jovens, compreendida num período em que os Pais até têm dificuldade em deixar os filhos em algum local (dado as férias escolares) e a Câmara permite, com essa atividade, que os filhos/alunos estejam enquadrados e ocupados. Terminou a sua exposição salientando que a oferta de computadores aos alunos do 1º ano deve continuar a ser aposta, até porque a informática faz parte da vida dos jovens e é uma ferramenta de trabalho. Relativamente ainda à Educação, e sublinhando que os Centros escolares estão melhor do que os da Sede de Agrupamento, lançou o desafio de se olhar para as instalações e pensarem em remodelações e obras que permitam poupar em gastos como aquecimento, por exemplo, e ter uma escola aprazível, com boas condições, preparada para o mundo global.

Na intervenção seguinte, o Senhor Teófilo Anjos reforçou a boa prática da atribuição dos vales aos idosos e às crianças, considerando-a uma boa iniciativa, mas atendendo à crise que se atravessa referiu que as crianças merecem mais e todos os apoios são poucos. Relativamente a não ter havido o tradicional almoço de Natal para os Sêniores também concordou com a medida, tendo sido prudente. No entender do mesmo é preferível, em primeira instância, cuidar da saúde de todos, tanto mais que este grupo etário até é constituído por pessoas mais frágeis. Prosseguiu a intervenção direcionando a atenção para as Obras Municipais. Mais do que olhar para as Obras da União das Freguesias (Vale de Vila, Vale de Figueira, Ôlas, São Xisto e Ferradosa) a que preside, entende que essas Obras são uma mais-valia para todo o Concelho e para os turistas que o visitam. Referiu-se concretamente ao início da construção do Parque Fluvial da Ferradosa e da obra não menos importante junto ao Souto Quelmado. Segundo o mesmo, antes não havia condições para estender sequer uma toalha no chão, não havia condições de higiene e segurança, não havia WC's, sendo que eram e são locais para onde se dirigem centenas de pessoas no Verão. E, neste aspeto, salientou a obra feita pelo Município: "colocou relva, deu condições para que os nossos munícipes e quem nos visita tenha o mínimo de condições naquele espaço. Saímos todos a ganhar com isso". Aproveitou para dar os parabéns ao Município por não virar as costas ao rio. Segundo o mesmo, o concelho é muito bonito desde o rio até à serra, mas é muito importante não virar as costas ao rio e, antes, dinamizar, atraindo a médio e longo prazo mais turistas. Finalizou o seu discurso mencionando o concurso da obra da EN-222 3. Prosseguiu, dizendo que esse era um tema caro, prometido e discutido há mais de vinte anos em Assembleias Municipais, que gerava conversas em cafés e que vinha à tona em todas as Campanhas Eleitorais, mas que agora virou prioridade e vai acontecer, tinha ido a concurso, ia passar à fase dos procedimentos, frisando o seu contentamento e importância para o Concelho, pois a estrada está de tal forma degradada que nem dignifica a grandeza nem a beleza do concelho. Vincou que nada acontece por acaso e, tal obra, acontecerá fruto da promessa e do trabalho do Senhor Presidente da Câmara, que havia prometido em eleições que iria requalificar a estrada EN 222 3. Na sua opinião, e porque acompanhou o Senhor Presidente em reuniões quer com a Infraestruturas de Portugal, quer no Ministério, essa Obra é o reflexo do trabalho, porque houve empenho e dedicação, tendo batalhado arduamente por tal objetivo.

Tomou, novamente, a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que informou que estavam a preparar as Comemorações referentes ao centenário da morte do Marquês de Soveral, sendo que iriam ter a preocupação de fazer umas

comemorações dignas. Relativamente às observações feitas pelo Senhor Joaquim Carvalho, nomeadamente no que se refere aos computadores dos senhores professores dos Centros Escolares, o Senhor Presidente informou que decidiram fazer um investimento para colocarem computadores novos em todas as salas de todos os Centros Escolares, uma vez que os existentes estavam obsoletos.

Relativamente à Douro Cidade Europeia do Vinho, não apontando estimativas de presenças, o Senhor Presidente esclareceu que estavam a trabalhar no Evento com o intuito de divulgar (e muito) o concelho e a região. Ainda no que aos Eventos e à presença em Feiras diz respeito, prosseguiu, dizendo que, no último trimestre tinham ido a Ourense com o Turismo Porto e Norte, bem como a Lisboa à Essência do Vinho e à Feira Gastronómica.

Relativamente aos outros itens abordados, deu nota de que a Praça de Ervedosa também iria ser uma infraestrutura com lugar para Caravanas. Salientou a forte aposta que o município faz na educação e no apoio às crianças. Exemplificou com o Centro de Explicações a matemática e a português, sendo que a Câmara suporta quase a totalidade do valor, e lembrou, ainda, a Sala de Estudo na biblioteca todas as tardes. Fez alusão, novamente, aos 1.982 vales de Natal atribuídos e à entrega simbólica de uma manta, como prenda, aquando da visita que fizeram aos idosos dos Lares. Recordou que, no apelo às crianças e idosos, só em vales, atribuíram cerca de duzentos mil euros, que foram gastos integralmente no comércio local.

Mudando de tema, e respondendo ao senhor Joaquim Carvalho relativamente às obras de manutenção na Sede do Agrupamento, deu nota ter sido negociada a intervenção com a Associação Nacional de Municípios e o Governo, sendo que o Governo se comprometeu a financiar a 100%, ou executar, ou a dar a executar, requalificando todas as escolas com graus de prioridade. Visando esse compromisso de requalificação, prometeu acompanhar o assunto com grande cuidado.

Em jeito de finalização, e respondendo concretamente ao reconhecimento do Senhor Teófilo Anjos, reforçou a ideia de que o Concelho tinha vivido de costas voltadas para o rio, excetuando-se a intervenção feita na Ferradosa há 20 anos atrás. Em jeito de volte-face lembrou que, agora, estavam a fazer intervenções precisamente em lugares junto ao rio, como as Bateiras, Nagoselo e Soutelo, sublinhando que a EN 222-3 era uma prioridade, cumprindo aquilo que havia prometido nas eleições.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro.

O Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, tal como era possível constatar na documentação, mantém a proposta do ano anterior, ou seja, fixar a taxa do IMI nos imóveis urbanos (que pode ir de 0,3% a 0,45%) no mínimo de 0,3%. Justificou a medida e a opção em articulação com a proposta da taxa do ponto seguinte, uma vez que, no entender do Executivo, é mais equitativo em termos de justiça social aplicar aqui a taxa mínima e não manter esse critério no ponto seguinte (sendo que podiam ter optado pelo contrário, o que seria mais desfavorável aos munícipes). Mantendo aqui a taxa mínima de 0,3% o município está a prescindir a favor dos moradores de duzentos e trinta e dois mil euros.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para debate deste ponto. Não havendo inscrições, colocou o ponto a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

O Senhor Presidente da Câmara informou que a proposta ia no sentido de manter a proposta do ano transato, mantendo a sua visão política, como no ponto anterior. Explicou que, se por exemplo, baixassem 1%, estaríamos a falar de pouco mais de trinta mil euros, mas se optassem por aumentar a taxa do ponto anterior, por exemplo, o resultado seria em prejuízo das pessoas, por isso elegeram esta opção por entenderem que era a proposta mais justa, mais objetiva e que faz maior justiça e beneficia as pessoas do concelho.

Informou, ainda, que para além do referido, mantiveram o valor de 5% de participação, até porque este ano há mais dois escalões de IRS. Em 2023 a tabela do IRS vai ser atualizada, sendo que o segundo escalão passa de 5,3% para 5,1% e isso faz toda a diferença, havendo também uma melhor distribuição de encargos. Sublinhou que são medidas governamentais, em que os jovens até 26 anos têm uma isenção no primeiro ano de 50% no IRS, depois até ao terceiro ano 30%. Verifica-se também um aumento da redução por cada dependente, medida implementada pelo município também. Após o segundo dependente podem fazer deduções de trezentos euros.

Prosseguiu dizendo que esta proposta não tem impacto nas pessoas e nos sujeitos ou empresários com rendimentos mais baixos (portanto, não pagam impostos), sendo que isso mesmo está bem explanado na informação: abaixo de dez mil seiscentos e quarenta euros, ou quem tenha três ou quatro dependentes situa-se nos onze mil trezentos e vinte ou cinco ou mais dependentes situa-se nos quinze mil quinhentos e sessenta. Os agricultores com baixos rendimentos também não são abrangidos se tiverem rendimentos abaixo de vinte e cinco mil novecentos e quarenta e três euros. Deu, ainda, conta da previsão a receber em IRS: cerca de cento e oitenta e cinco mil euros.

Adiantou, ainda, que além da taxa mínima de IMI e da redução de IMI para famílias com dependentes, há ainda a considerar a isenção da derrama para empresas do concelho que tiverem um volume de negócios com o valor inferior a dois milhões e meio de euros, sendo que a isenção é quase total e transversal em todos os sectores, desde o vinho, comércio, farmácias, etc.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu um período de inscrições para quem quisesse intervir neste ponto.

Inscreeveu-se a Senhora Lourdes Marinho, tendo dito que a Câmara se escuda em apelos sociais, ainda que, na sua opinião, sejam residuais. Fundamentou a sua opinião, dizendo que era contra os 5%, por pesar muito nos bolsos das famílias, por razões de conjuntura económica, com aumentos generalizados, com taxa de juros a subir, com inflação galopante, que geram tempos de incerteza.

O Sr. Presidente esclareceu a Sra. Lourdes Marinho de que as Câmaras apenas participam em 5% no IRS, sendo que os restantes 95% são para o Estado Central. Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos contra da Senhora Lourdes Marinho, António Froufe, Carlos Carvalho, Paulo Bito e João Almeida. Inscreeveu-se, no entanto, o Senhor Paulo Bito, de modo a justificar o seu voto com declaração de voto, dizendo: "discordo da aplicação máxima da possibilidade de participação variável do IRS por parte do Município, na medida que o IRS é um rendimento que permeia também o mérito. Além de tudo o resto, quem trabalha mais terá mais rendimentos e vê-se prejudicado no IRS por esse motivo, mas não só por isso. Estruturalmente sou contra o confisco fiscal que existe neste país e não poderia em consciência votar favoravelmente esta proposta. Aquilo que eu sugeria era o Sr. Presidente tentar ver outra forma de compensar financeiramente esta receita, que se

perde através da abdicação eventual, com outras formas de receita nomeadamente a aplicação da taxa turística que penso estar implementada, quer em Portugal como no estrangeiro, pois não é por um ou dois euros na estadia que as pessoas deixam de vir e era uma receita importante para o Município que podia permutar esta questão de beneficiar e não retirar aos nossos contribuintes de S. João da Pesqueira esta participação de 5%".

Ponto 4 - Análise, discussão e votação dos documentos Previsionais para o ano de 2023 e seguintes.

O Senhor Presidente explicou que, à semelhança do que tem sido sempre a linha condutora do executivo, o objetivo passa por garantir um equilíbrio entre o rigor nas contas públicas e o necessário investimento e desenvolvimento socioeconómico do concelho, estando o mesmo bem demonstrado nos resultados alcançados ao longo dos últimos cinco anos de governação municipal. Recordou a realização do maior montante de investimento de sempre, um valor "recorde" nos últimos anos, de um reforço e melhoria das atividades municipais, dos apoios concedidos às instituições e às famílias, sem paralelo no passado, a redução da dívida total do município face a 2017, a regularização da dívida às Águas do Norte e o dossier da regularização de uma centena de funcionários "Precários". Além disso, enfrentaram dois anos de pandemia causada pela COVID-19, com repercussões nefastas nas normais atividades e investimentos que pretendiam desenvolver, tendo incorrido (na defesa da população) em grandes despesas na prevenção, combate e mitigação, na concessão de reduções e isenções de taxas e preços aos munícipes e empresas, bem como a perda de receita do Orçamento de Estado de 2022, de quase oitocentos mil euros.

A crescer a essa situação, deflagrou no início do ano de 2022 uma guerra na Europa, com a invasão da Ucrânia pela Rússia, criando uma conhecida pressão inflacionista que, para as normais atividades e despesas do município, estimou que venha a custar, para o mesmo volume de atividades, mais cerca de 600 mil euros, só em 2022.

Salientou que, independentemente de tudo, continuarão a trabalhar afincadamente e a aproveitar todas as oportunidades: desde as candidaturas possíveis a financiamento comunitário ou à negociação com o Governo de dossiers que sempre defenderam como estratégicos para o concelho, o que permitirá, por exemplo, requalificar já no próximo ano a EN 222/3 entre S. João da Pesqueira e Ferradosa.

Assim, frisou que a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, que refletia a visão do executivo para os próximos exercícios económicos, aposta na continuidade da eficácia e eficiência dos serviços e em investimentos em áreas que consideram fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico do concelho como o turismo, a agricultura, a educação, a saúde, entre outras, sem descuidar o apoio às várias entidades, desde freguesias, associações, IPSS's e Paróquias.

Realçou que, em 2023, os municípios continuam a perder verbas do Orçamento de Estado, sendo que, no caso do concelho de S. João da Pesqueira, significa uma diferença do OE (relativamente a 2022) de 94.924,00 euros. Por outro lado, explicou que, apesar de prever que possa haver algum aumento do valor das verbas da descentralização, as mesmas destinam-se a suportar as despesas concretas com o processo de descentralização e, em alguns casos, são deficitárias, como tem ocorrido até ao momento, com inúmeras queixas de todos os autarcas. A título de exemplo, referiu que o custo da eletricidade triplicou em 2022, bem como se verificou um aumento muito significativo do gás e do gasóleo de aquecimento. Mesmo sem considerar a descentralização, apesar de não ver recuperado o valor das transferências constantes do Orçamento de Estado de 2021, tem ainda, no próximo ano um aumento de custos gerais significativo que se estima em 5%, o que

representará cerca de menos 400.000 euros, fruto dessa espiral inflacionista.

No entanto, apesar das várias dificuldades e constrangimentos, disse que têm sido criadas condições para atingir os objetivos propostos, continuando a avançar a bom ritmo com projetos relevantíssimos para colocar o concelho de S. João da Pesqueira num patamar de excelência no que se refere ao seu posicionamento Turístico na região do Douro, sendo de salientar a finalização da requalificação da zona ribeirinha das Bateiras, da zona ribeirinha Parque da Ferradosa e da Praça Vinho do Porto, em Ervedosa do Douro.

Realçou que, a esses investimentos, estão associadas diversas atividades potenciadoras dessas infraestruturas, destacando-se os eventos promocionais como as Feiras Turísticas e os eventos realizados em S. João da Pesqueira (Vindouro, S. João, Festa dos Saberes e Sabores, entre outros), estando, também, em curso, a instalação de equipamento interativo no Welcome Point das Bateiras e no Museu do Vinho com o objetivo de melhorar a experiência do visitante e aumentar a atratividade da oferta, estando, também, a estudar a possibilidade de criar um Serviço em torno do Foral mais antigo de Portugal, com o objetivo de potenciar visitas ao Concelho.

Destacou o investimento regular na requalificação de caminhos agrícolas nas freguesias, a expansão da Zona Industrial, informando que o procedimento concursal estava na fase de receção de propostas. Aludiu ao apoio prestado no âmbito do empreendedorismo para a criação de novas empresas e novos empregos, bem como às iniciativas de apoio ao comércio tradicional, corporizadas nos vales de compras emitidos pelo município e isenções fiscais e outras taxas, para além do apoio à expansão da rede elétrica para as explorações agrícolas.

Tendo em conta a preocupação com o meio ambiente e a situação de seca, referiu estar em equação a criação de estações de lavagem de tratores e alfaís agrícolas e a construção de infraestruturas e retenção de água e furos para, em situações de emergência, permitirem o regadio das culturas agrícolas mais afetadas, salvaguardando as colheitas dos agricultores.

Salientou que, para além das iniciativas levadas a cabo nos últimos anos, nomeadamente no âmbito da Educação e da Ação Social (com transportes gratuitos, bolsas de estudo sociais e de mérito, apoio para aquisição de livros e material escolar, participação de medicamentos, apoios à natalidade, apoios à beneficiação de habitações sem condições de habitabilidade) estava em curso a implementação da Estratégia Local de Habitação, pretendendo-se criar condições para fixar os mais jovens no concelho, através do acesso a terrenos para construção a preços acessíveis. No que respeita ao apoio às IPSS's, destacou os apoios para a construção das ERPIS e um montante previsto de apoio de 190.000 euros em 2023 para as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários.

Por sua vez, no âmbito do Desporto e Tempos Livres, destacou a construção das bancadas e balneários no Estádio Municipal, ainda que esses investimentos sejam para realizar de forma faseada.

Deu nota, também, que, em 2023, iniciará a construção da Loja do Cidadão de S. João da Pesqueira financiada no âmbito do PRR.

Em concreto para o ano de 2023, sublinhou (face ao ano transato) um aumento em 70.242,00 euros nas Grandes Opções do Plano e um aumento de 735.109,00 euros no valor total do Orçamento, atingindo um valor recorde de 16.734.246,00 euros.

Face ao previsto no Orçamento e Grandes Opções do Plano, ficou claro que as principais apostas do Executivo para 2023 eram:

1. Construção da Loja do Cidadão – 968.256 euros;
2. Requalificação da EN 222/3 – 878.000 euros e pavimentação de arruamentos em diversas freguesias – 200.000,00 euros;
3. Expansão da zona empresarial de S. João da Pesqueira – 860.046 euros;

4. Requalificação da Ferradosa – “Polo de Atratividade Turística no Douro Vinhateiro” – 760.846 euros;

5. Requalificação de Espaços Públicos, onde se incluiu a Praça Vinho do Porto em Ervedosa do Douro – 550.000 euros;

6. Melhoria das condições de exercício da agricultura e promoção de produtos, aqui incluindo também a organização da Vindouro – 400.000 euros e pavimentação de caminhos agrícolas – 250.000 euros;

7. Aposta na habitação jovem, com a aquisição de terrenos para lotear – 100.000 euros;

8. Estádio Municipal – 2.ª Fase – 90.000 euros;

9. Educação, com um reforço de verbas de 60.730 euros, face ao ano transato, num total de 780.650 euros;

10. Manutenção das verbas transferidas nos anos anteriores para as freguesias, IPSS’s e associações e reforço dos apoios às famílias.

Assim, explicou que, não obstante o aumento da despesa corrente devido à pressão inflacionista, o valor do investimento seria idêntico ao do ano transato e o nível de endividamento esperado seria muito inferior ao registado no final de 2017, aquando da tomada de posse do seu executivo.

Face ao exposto, disse que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 refletem uma grande ambição e estratégia consistente com o desenvolvimento do concelho e a sua afirmação (quer como destino turístico quer como potência agrícola da região), salvaguardando, simultaneamente, todas as restantes valências de atuação e o equilíbrio das contas públicas.

Tendo-se inscrito o Senhor Joaquim Carvalho, realçou ser o Orçamento mais alto, tendo referido que, fruto do trabalho se atenta sempre mais nas despesas comparativamente com as receitas. Relativamente às despesas, notou que as duas principais despesas têm a ver com o pessoal e com a aquisição de bens, devendo-se em parte à assunção da transferência de competências. Disse ter ficado contente com o investimento previsto de quatrocentos e quarenta e três mil euros na área do Desporto, tendo apenas realçado que preferia uma pista sintética no estádio municipal, ao invés de uma bancada. Finalizou, classificando o orçamento como realista e ao mesmo tempo ambicioso.

A Senhora Lourdes Marinho tomou a palavra e começou por dizer que esperava um Orçamento mais contido, dada a gravidade das crises que a Europa está a atravessar. De resto, considerou-o um plano de continuidade e manutenção, sem inovação. A seu ver, esperava um Programa que incluísse projetos de descarbonização e instalação de painéis fotovoltaicos, por exemplo, ou uma estação elevatória no rio Douro para colmatar a falta de água, com a elaboração de um Plano de Ação para uma gestão eficiente de abastecimento de água, em secas severas, para o nosso concelho ou até mesmo a construção de depósitos, represas, pequenas barragens, para retenção de água. Adiantou que era preciso fazer uma inventariação do edificado público e privado degradado, de forma a criar estratégias de recuperação, dinamizando o parque habitacional. Adiantou, ainda, que se devia atentar na Criação de um banco de terras e aludiu ao Programa “ambiente + simples”, que dispensa certos projetos de burocracias (desburocratização). A seu ver, e porque Portugal é um país onde faltam casas para alugar, mas onde há mais de 700 mil fogos vazios ou abandonados, seria uma boa estratégia comprar imóveis desabitados e restaurá-los, colocando-os no mercado a preços aliciantes.

Respondendo às intervenções, o Senhor Presidente disse que tinham identificado as necessidades da pista de atletismo, balneários e bancadas, sendo essa a ordem lógica de construção. Disse também estar consciente do problema do património

devoluto, que não é um problema apenas do Concelho, mas à escala nacional. No que concerne à habitação, e aludindo ao Orçamento, referiu o item da estratégia local de habitação a iniciar este ano e ainda a verba para compra de terrenos para lotear. Mudando de tema, e centrando atenções no problema da escassez de água, o Senhor Presidente lembrou que não limpavam apenas charcas, mas têm ajudado as freguesias em novas captações de água através de furos artesanais e novas retenções de água. Quanto à possibilidade de instalar uma estação elevatório do rio Douro entende que não faz sentido, até porque acarretaria muito investimento e custos de energia. A seu ver é preferível investir na eficiência do sistema em baixa, evitando perdas brutais, requalificar condutas e apostar em novos equipamentos. E, deste modo, disse resolver duas coisas: por um lado, a utilização racional da água e, por outro, a redução do valor da fatura do Município. Informou, ainda, que com as medidas adotadas no sistema em baixa permitiu poupar cerca de cem mil euros! Relativamente ainda ao Orçamento não o entende como moderado, mas sim ambicioso, refletindo a visão e o trabalho que vem sendo desenvolvido desde há alguns anos a esta parte sendo, por isso mesmo, um orçamento de continuidade, com um valor record na ordem de dezasseis milhões, com um grande investimento para o ano 2023. Da verba do FEF, sete milhões quatrocentos e vinte, o restante provém de candidaturas a fundos europeus, de protocolos celebrados com a APA e IP e de outras taxas e impostos municipais, no valor global referido e que a seu ver deve ser reconhecido.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra da Senhora Lourdes Marinho e João Almeida e com a abstenção do Senhor Carlos Carvalho.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2023.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que em relação ao mapa de pessoal não havia nada de novo relativamente ao mapa aprovado no ano anterior. Deu conta da saída de dois técnicos superiores que estavam nos quadros e também da saída do técnico de informática. Aludia ao mapa onde constavam quatro técnicos superiores, para substituir um técnico que saiu do museu e outro para a Terapia da Fala, outro para um Professor de Educação Física, e ainda outro em aberto para precaver a possibilidade no âmbito da descentralização de competências da ação social. Depois um assistente administrativo para as obras e sete assistentes operacionais (cinco sapadores) que não ficaram resolvidos na altura dos precários porque não se sabia ainda se perderíamos o financiamento na candidatura para pagamento dos salários, o que se esclareceu. Em relação aos outros dois, informou que um lugar se destina ao armazém e outro para rececionista do Museu do Vinho, adiantando também que no posto de turismo das Bateiras se iriam colocar duas pessoas. Todas as funções para os referidos lugares já vinham sendo desenvolvidas a título precário.

De seguida tomou a palavra a Senhora Lourdes Marinho e adiantou que havia dois erros na página 180: os totais na coluna técnicos de informática, não havendo ninguém a prover, por isso na soma não pode dar um. Na mesma coluna (Técnicos de Informática) no total de postos de trabalho seriam dois e não 3, portanto, estaria incorreto o total geral do mapa de pessoal. A seu ver os gastos com pessoal já eram um encargo muito pesado no orçamento de 2023, apontando a verba de 4.276.575,00€ e mais 350.000€ de novos postos de trabalho em regime de avença. Aludiu também ao ponto 8 – um Diretor Intermédio de 1.º grau – e ao ponto 10 – um Diretor Intermédio de 2.º Grau. Entende serem duas coisas diferentes, pois no extrato da ata n.º 24 do Executivo dizia que pretendiam “resolver a situação dos contratos a

termo incerto existentes". Assim, a leitura que faz é que se pretendia criar um Departamento de Estratégia e Administração Geral (que se debateu na reunião de Setembro), o que implicaria um Diretor de 1.º grau que auferiria 90% do vencimento de um Vereador a tempo inteiro. E, ainda, um chefe de divisão que corresponderia ao cargo de direção de 2.º grau, sendo que esse cargo também iria auferir 60 a 70% do Vereador a tempo inteiro. Na sua opinião seriam lugares a mais para um Concelho com pouco mais de 7.000 habitantes.

O Senhor Presidente da Câmara alertou que teriam de ter mais atenção ao ler os quadros, porque parece haver repetições, mas não existem na verdade. Exemplificou com os Chefes de Divisão: há dois lugares providos nas chefias, mas depois também estão previstos no mesmo mapa como Técnicos superiores, por imposição legal, mas o que não significa que haja duplicação, deixando bem claro que sempre que haja intenção de abrir novos postos de trabalho tal será sempre comunicado com total transparência. Informou, ainda, que existiam três divisões: a Divisão Administrativa e Financeira, a Divisão de Obra e a Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, sendo que estavam providos dois lugares e se pretende, agora, prover o chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social. Lembrou também que já havia informado que decidiram criar o lugar de diretor de departamento porque as matérias são muito transversais, tais como a questão da contratação, a questão do pessoal, os fundos europeus e fazia sentido esse lugar. Porém, não iriam prover o lugar de chefe de Divisão Administrativa e Financeira, sendo que o diretor de departamento acumula as duas com um salário só.

Referiu, ainda, que no período em que tomou posse como autarca existiam cerca de noventa funcionários no quadro e mais de cem recibos verdes. Disse que considerava a situação anormal, uma vez que os funcionários são necessários e, por isso, decidiu regularizá-los. Esse pessoal já existia nessas condições há inúmeros anos, mas os valores pagos não constavam nas contas como despesa de pessoal mas sim prestação de serviços externos. Mesmo assim, sublinhou, conseguiram gerir o pessoal e, ainda assim, fazer Obra.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovada por maioria, com as abstenções da Senhora Lourdes Marinho e dos Senhores António Bastos, Carlos Carvalho, João Almeida e Paulo Bito.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia fez um pequeno intervalo.

Voltando aos trabalhos o Senhor Tiago Silva fez novamente a chamada, não se verificando ausências, a não ser as dos deputados que já estavam a faltar.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos e Passagem para 2023.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e explicou que era a taxa a aplicar às operadoras de telemóvel (0,25%) considerando-a mais do que justa e aplicável, cifrando-se o valor em cerca de quatro mil euros de taxas anuais.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para este ponto, tendo-se inscrito a Senhora Lourdes Marinho. Disse ter percebido a explicação, mas pensava que a taxa não deveria ser aplicável apenas às telecomunicações, mas a outras áreas, como taxar os barcos de turismo. Disse também que as empresas sujeitas à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) deveriam ter a obrigação de solicitar autorização aos proprietários para a ocupação dos terrenos e repararem danos causados.

O Senhor Presidente respondeu que, em relação às taxas turísticas, ele era das principais vozes a reivindicá-las. Quanto à questão das empresas entrarem em terrenos privados, não nos compete a nós Câmara salvaguardar os interesses dos particulares, uma vez que esse assunto teria de ser tratado em local próprio, por quem tem competências para esse efeito.

Não havendo mais inscrições o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 7 - Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento das distinções honoríficas, profissionais, da chave de honra e as insígnias a atribuir pelo Município de S. João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, uma vez que, sendo o Vereador da Cultura, era ele que estava com esse assunto.

O Senhor Vice-Presidente disse: "em determinada altura constatamos que havia uma falha no nosso conjunto de regulamentos que se prendia com a possibilidade de homenagearmos e estimularmos a excelência, de entidades que se tivessem distinguido aqui no concelho. Isso colocou-se na Vindouro, ao quererem atribuir as chaves do Concelho ao Presidente da República, e não havia instrumento nenhum que o fundamentasse e isto vem colmatar essa falha. É um regulamento comum no que respeita à norma dos regulamentos que temos neste momento no país. Nós éramos dos que não tínhamos (...). Este mérito pode ser mérito ambiental, científico, cívico, cultural, desportivo, empresarial ou social, que premeia indivíduos ou entidades que se tenham distinguido, e que mereçam esse merecimento público. A entidade que, no fundo, atribui esse reconhecimento é a Assembleia Municipal.

Temos também a distinção profissional dos trabalhadores do Município. É algo que foi inserido neste regulamento (também à semelhança do que se passa com muitos municípios) e por bem visa também reconhecer e homenagear os funcionários do Município que se distingam pelo trabalho, pela antiguidade ou por outro motivo qualquer. Depois temos a chave de honra do Município e temos também a homenagem póstuma. É um regulamento normal e segue os tramites normais. É um regulamento que já foi aprovado em reunião de câmara e cumpre aqui o formalismo de passar pela Assembleia Municipal".

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para debate deste ponto e, não havendo inscrições, o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 8 - Análise, discussão e votação da designação do Júri de Recrutamento do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau (Diretor de Departamento de Estratégia e Administração Geral).

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a criação da divisão e do departamento já haviam passado na Assembleia Municipal, pelo que o que agora se coloca decorre dos tramites normais, a constituição dos júris. Dizer-vos que, no júri, tanto num como no outro, tentamos convidar elementos de júris destacados em Câmaras com algum peso como consta das informações que receberam. Para o Departamento recorreremos à Câmara do Porto; para o Diretor de Departamento de contratação pública, a Câmara de Viseu, que será o Diretor de Departamento de Administração Geral acima do nosso departamento (em termos de hierarquia) e também a um técnico do Observatório das Autarquias Locais. Depois, no Chefe de Divisão, temos também a Cristina Guimarães, que esteve na CCDDR muito tempo, toda a gente a conhece e sabe o trabalho que fez, e se assim não fosse não seria agora Diretora Municipal da Cultura na Câmara do Porto. Depois temos também o Dr. Paulo Tolda para o Chefe de Divisão e um técnico da Câmara Municipal de Armamar.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para debate deste ponto. Não tendo havido inscrições, o mesmo foi submetido a votação tendo sido aprovado por maioria, com o voto contra da Senhora Lourdes Marinho, que justificou: "na minha

ótica, havendo júri é para escolher alguém. No mapa de pessoal só concordei com os assistentes operacionais e absteve-me no resto, porque eu não concordo que um Concelho com pouco mais de 7000 habitantes não se pode dar ao luxo de mais estes encargos. Há muita gente na Câmara que pode colmatar esses serviços”.

O Senhor Presidente da Câmara reafirmou que não se iria contratar mais ninguém.

Ponto 9 - Análise, discussão e votação da atribuição de despesas de representação ao Dirigente Intermédio de 1.º Grau (Diretor de Departamento de Estratégia e Administração Geral).

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para debate deste ponto. Não havendo inscrições, o mesmo foi submetido a votação tendo sido aprovado por maioria, com o voto contra da Senhora Lourdes Marinho.

Ponto 10 - Análise, discussão e votação da designação do Júri de Recrutamento do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social).

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para debate deste ponto. Não havendo inscrições, o mesmo foi submetido a votação tendo sido aprovado por maioria, com o voto contra da Senhora Lourdes Marinho.

Ponto 11 - Análise, discussão e votação da atribuição de despesas de representação ao Dirigente Intermédio de 2.º Grau (Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social).

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para debate deste ponto. Não havendo inscrições, o mesmo foi submetido a votação tendo sido aprovado por maioria, com o voto contra da Senhora Lourdes Marinho.

Ponto 12 - Análise, discussão e votação da abertura do Procedimento do concurso público internacional para aquisição de Energia elétrica em MT (Média Tensão) BTE (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública) para o ano de 2022 e 2023 - Constituição de agrupamento de entidades adjudicantes.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. O mesmo informou tratar-se de “um protocolo, através da CIMDOURO, de modo a podemos ter mais vantagens” e adiantou que já haviam feito o mesmo no ano transato.

A Senhora Lourdes Marinho disse “dá para entender que isto é necessário e esperemos ter algum lucro. Na cláusula 10 do Regulamento refere mandato, depreende-se que a duração será os quatro anos relativamente ao mandato. De qualquer maneira temos de ver que só teremos três anos, certo?”

O Senhor Presidente da Câmara explicou que não era a duração do mandato dele, mas antes do mandato conferido à CIMDOURO para os substituir na contratação.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 13 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de O Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, começando por informar que iam apreciar vários pontos referentes às Juntas de Freguesias, sendo que o Presidente de Junta no ponto da sua freguesia não votava.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que estes documentos se dividiam em três: os autos, os contratos interadministrativos e os protocolos. Para cada freguesia temos

três documentos. Nos protocolos são obras que as Juntas queiram fazer e alguma ajuda na manutenção dos cemitérios. Os contratos Interadministrativos são para a recolha de lixo e por isso é que não estavam plasmadas as freguesias todas, pois onde o nosso camião não vai delega essa competência na Junta de Freguesia. Informou que os autos tinham sido feitos com base no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que diz respeito às limpezas das ruas e pequenas reparações nas escolas.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições.

Inscreeveu-se o Senhor Fernando Santos. Começou por cumprimentar todos e informou que a sua intervenção se devia ao mapa de transferências para as freguesias. A seu ver o mapa não estava transparente, pois não discriminava qual era o valor para o lixo e qual era o valor atribuído às escolas, tendo pedido que lhe fosse dada uma explicação sobre isso.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que devia ter havido algum lapso da parte do interveniente, pois os valores estão claríssimos nos documentos e, aliás, são exatamente iguais aos do ano passado.

O Senhor José Fernando retomou novamente a palavra e disse que não percebia porque é que o valor haveria de ser igual ao do ano anterior, uma vez que está tudo a aumentar e está a aquecer cinco salas.

O Senhor Presidente da Câmara, respondendo, fez questão de lembrar que não há Câmara nenhuma (nem Régua, nem Lamego, nem as grandes) que transfira tanto para as freguesias como a Câmara da Pesqueira. Além das obras que faz nas freguesias, lembrou que atribui setecentos e setenta e quatro mil euros às freguesias para que tenham margem para fazer os investimentos que entendam, lembrando que a Câmara Municipal também recebe muito menos do Estado e os custos são também maiores, mas continua, mesmo assim, a transferir o mesmo para as Freguesias.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 14 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 15 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nageselo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nageselo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 16 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 17 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 18 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 19 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 20 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valongo dos Azeites ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 21 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 22 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 23 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 24 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 25 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Ervedosa do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 26 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Nagoselo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nagoselo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 27 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 28 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 29 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Vale de Figueira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 30 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 31 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 32 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 33 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, abrindo um período de inscrições. Interviu a Senhora Lourdes Marinho, tendo dito: "ora este é um ponto em que normalmente estamos todos em consenso, pois são as Juntas de Freguesia e deparam-se com muitos encargos. E ainda bem que nos maiores têm ajuda da Câmara, senão era impossível fazê-los".

No entanto, no que concerne à transferência de competências para as freguesias disse discordar de algumas coisas, porque há escolas que estão desativadas ao nível do Ministério da Educação, sendo que as Freguesias que têm edifícios escolares "desativados" também fazem reparações, evitando a degradação dos edifícios.

O Senhor Presidente da Câmara informou que os gastos com as Escolas eram da responsabilidade da Câmara.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 34 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Ervedosa do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 35 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Nagoselo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nagoselo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 36 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 37 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 38 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Soutelo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 39 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Vale de Figueira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 40 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Valongo dos Azeites.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Valongo dos Azeites ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 41 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 42 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 43 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 44 - Eleição de um membro para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Douro Il e Douro Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Este, por seu turno, explicou que tinham a obrigatoriedade de eleger um membro para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Douro Il e Douro Sul.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que tinham dado entrada na mesa duas listas: uma do PNT, com a proposição do Senhor Tiago Silva, denominada Lista A; e

outra da coligação PSD/CDS, com a proposição do Senhor Carlos Carvalho, denominada Lista B.

De seguida, procedeu-se à votação.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou um membro de cada bancada para a contarem os votos. Feita a contagem dos mesmos, verificou-se: Lista A com 18 votos; Lista B com 5 votos. Ficou, assim, eleito o Senhor Tiago Silva.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44 a fim de terem eficácia externa, tendo sido aprovados por unanimidade.

Seguiu-se a intervenção do público presente. O Senhor Presidente da Assembleia lembrou que, nos termos do regimento, cada interveniente do público dispunha de cinco minutos para fazer cada intervenção. Existindo uma inscrição do público do Senhor António Carlos Meireles Reis, foi-lhe dada a palavra. Iniciou, assim, a sua intervenção, cumprimentando os presentes, em especial o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo dito que, em outros tempos, já se haviam encontrado em outras lutas políticas pelo partido socialista, endereçando os parabéns à sua mãe pela obra literária que havia publicado recentemente. Endereçou, ainda, os parabéns ao Executivo da Câmara, referindo o bom trabalho que tem sido feito na promoção do concelho ao nível de marketing territorial, mas lamentando a contração de empréstimos. Prosseguiu perguntando se o Heliporto já está ou não legalizado, uma vez que há uns tempos atrás se verificou a impossibilidade de aterrar um helicóptero, e, ainda, qual o número de funcionários precários que prestam Serviços na Autarquia. Finalizou, dizendo que em seu nome pessoal e em nome da Comissão instaladora do Chega desejou a todos boas festas e um bom ano 2023.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara felicitou o interveniente por vir finalmente à Assembleia Municipal colocar as suas questões em vez de as colocar de forma maldosa e muitas vezes difamatória no Facebook, com o pseudónimo de John Caussens, mais dizendo que estaria sempre disponível para responder em sede própria da Assembleia Municipal e não noutros fóruns. Esclareceu, depois, que os únicos empréstimos que foram contraídos com a aprovação da Assembleia Municipal se destinaram a duas necessidades: o primeiro de quatro milhões para pagar a dívida às Águas do Norte que nos foi infelizmente deixada pelo anterior executivo do PSD, e outros dois empréstimos (um de cerca de oitocentos mil euros e outro de um milhão de euros) que serviram para fazer face a obras diretamente nas freguesias, de acordo com as necessidades mais prementes, com a envolvimento na escolha das mesmas de todos os presidentes de junta e da Assembleia Municipal. Lamentou que a oposição PSD faça o seu trabalho de oposição através das publicações falsas do Senhor John Caussens (o interveniente Carlos Reis), o que se percebe até pelos comentários nas suas publicações de alguns deputados municipais do PSD, que, curiosamente, nunca falaram na Assembleia Municipal. Referiu, ainda, que o Heliporto está em fase de legalização, tendo inclusivamente um empresa contratada a tratar do processo, e que até à sua conclusão os helicópteros em situação de urgência têm outros locais onde aterrar, como sempre fizeram, designadamente porque, para além do antigo campo de futebol, existem outros espaços ainda maiores como é o caso do novo campo de futebol de onze, só não o fazendo nas situações em que pela avaliação do INEM entendam a sua desnecessidade, nunca tendo estado em causa o socorro por essa via. Relativamente ao número de funcionários ainda em situação precária, o Senhor Presidente estranhou a inoportunidade da questão do interveniente, pois se nos mandatos de décadas do PSD existiam mais de cem precários, hoje existem bem

menos, fruto das regularizações que este novo executivo fez, pelo que essa pergunta deveria ter sido feita ao PSD na altura em que tal se justificava.

O Senhor Carlos Reis respondeu dizendo que na altura do PSD também ele (agora do Chega) tinha sido contra o poder instalado do PSD na autarquia e até apoiado o PNT. O senhor Presidente da Câmara replicou, dizendo que a intervenção do Senhor Carlos Reis destrata toda a gente daquela Assembleia, o que era inadmissível, ainda mais por ter sabido que se havia encontrado com o senhor vereador Vítor Sobral do PSD previamente à reunião da Assembleia, mais referindo que as suas campanhas eleitorais foram feitas com o seu esforço e dos seus apoiantes e nunca com o seu apolo, nem sequer um cêntimo de ninguém.

O Senhor Vítor Sobral pediu a palavra para defesa da honra, que lhe foi concedida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal e pelo senhor Presidente da Assembleia, dizendo que era mentira que tivesse estado com o senhor Carlos Reis e que apenas se encontrou com ele à porta da Câmara antes da reunião, e que o PSD tem a sua verticalidade. O Chega é o Chega, o PSD é o PSD. E, portanto, não se inventem histórias de baixo nível, aproveitando depois para desejar um bom Natal e um bom ano a todos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, lamentando uma vez mais a oposição que fazem à boleia do Chega, mas que é a oposição que temos.

A Senhora Marcolina Sequeira pediu para intervir, para dizer ao Senhor Carlos, que se identifica com um pseudónimo do Facebook, para referir que numa recente publicação no Facebook o senhor Jon Caussens (pseudónimo do senhor Carlos Reis) escreveu que vinha à Assembleia, e passou a citar, "desmascarar a Idiotice daqueles pseudo deputados municipais que carecem de défice do lugar para que foram eleitos da Assembleia Municipal". Disse ter-se sentido ofendida, mas ao mesmo tempo lisonjeada por ser chamada de idiota, pois se ele dissesse que ela carecia de intelectualidade ou de inteligência, ficaria sim ofendida. Porém, disse o senhor que carecia de défice de um lugar para o qual havia sido eleita (ela e os outros todos deputados municipais) e estava a ofender todos. Respondendo à provocação, disse que idiota é aquele que se considera um excelente escritor do Facebook, mas que não passa de um pseudointelectual, armado em moralista, que escreve palavras soltas agrupadas em parágrafos que nada dizem, desprovidos de sentido, convencido de que escreve muito bem.

A Senhora Lourdes Marinho pediu a palavra para intervir em defesa da honra e lamentou que se tivesse assistido a um espetáculo um bocadinho triste. No seu entendimento, é dever do Presidente da Câmara responder ao público, sem que insista em colá-la sempre à oposição, pois não se incluía nas considerações feitas aos deputados do PSD pois ela não é filiada no PSD.

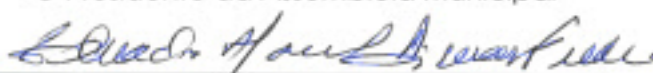
O Senhor Presidente da Câmara Municipal fechou a discussão desejando a todos um Feliz Natal.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 18 horas e 24 minutos, agradecendo a presença de todos e desejando um Feliz Natal.

Relembrou que quem necessitasse de justificação de falta se deveria dirigir à Mesa. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata, que depois de lida, foi posta a votação e aprovada por maioria e irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



1.º Secretário

O 2.º Secretário
